Benito desmente erro de cálculo

Angela Romito

O coordenador da Subcomissão de Bancos, deputado Benito Gama (PTL-BA), diante das suspeitas sobre a análise das contas bancárias dos envolvidos no esquema de corrupção do Orçamento, fez questão de apresentar aos jornalistas toda a mecânica da avaliação dos documentos recebidos pelo Prodasen. "Com isso encerramos o assunto e provamos que os números não estão sendo aleatoriamente trabalhados", enfatizou.

Já o deputado Aluísio Mercadante (PT-SP), dizendo com ironia que o *know-how* adquirido na CPI do PC já pode até ser exportado para outros países, adiantou que, particularmente no caso do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), não há erro e "ele (Ibsen) vai ter que explicar muito bem como essas importâncias chegaram até suas contas". E acrescentou: "O Ibsen pode vir na hora que quiser depor e se ele demorar muito, nem vai precisar de depoimento, tais serão as provas documentais".

A Subcomissão de Bancos já identificou, na movimentação financeira de Ibsen Pinheiro, pelo menos sete depósitos que, sozinhos, totalizam 600 mil dólares, sem contar com os outros depósitos que o deputado fez ao longo dos anos analisados, ou seja, a partir de 1989.

O rastreamento das contas do acusado chega ao requinte de

averiguar *in loco* a origem dos depósitos. Hoje estão partindo para o Rio Grande do Sul dois auditores do Banco Central para descobrir a origem dos cheques de Ibsen no Banrisul. A Subcomissão de Bancos também já está preparada para enfrentar os três depoimentos marcados para esta semana.

"Vamos usar a técnica da surpresa, como fizemos com o deputado Cid Carvalho. Estamos de posse de informações consistentes que só serão possíveis saber durante os depoimentos dos três (Genebaldo Correia, José Geraldo e Manoel Moreira)", despistou Mercadante. Adiantou porém, possuir informações que somente serão "abertas", até mesmo para outros integrantes da CPI, no momento dos depoimentos, para evitar-se qualquer repetição da **Operação Uruguai**, arquitetada pelo ex-secretário de Collor, Cláudio Vieira, na CPI do PC.

Fluxograma — Com o pomposo nome "Macrovisão funcional da sistematização do movimento financeiro de contas bancárias", o trabalho que envolve diretamente 40 digitadores e quase 30 técnicos (fora os 350 funcionários que estão também à disposição da CPI) foi apresentado ontem aos jornalistas pela diretora do Prodasen, Regina Borges, e pelo funcionário do TCU, Francisco Almeida. Na platéia, diante dos grandes painéis, estavam também atentos parlamentares.

Francisco informou que, até ontem, já haviam sido processados 80 mil registros de cerca de 390 contas correntes de 30 bancos diferentes. Cada etapa, garantiram Francisco e Regina,

tem um fluxograma de controle de documentos (se são cheques, ordem de pagamento, de um mesmo correntista, de um para outro, por agência e banco). Não estão sendo processadas contas de poupança e aplicações, assim como créditos abaixo de cem dólares.

A última etapa é para a feitura de estudos da área técnica, a partir da base de dados. Já são gerados relatórios de cada movimentação, mas que somente são terminados quando a margem de erro é próxima de zero. Até ontem, o Prodasen havia emitido cinco relatórios, mas não se informou de quem e de que conta.

Moeda — Mesmo quando os créditos são feitos em dinheiro, é possível detectar-se a origem, devido aos altos volumes. Ninguém carrega para um banco uma mala com, por exemplo, 300 mil dólares. Esses depósitos são feitos geralmente por ordem de crédito ou cheque administrativo, que entram na conta como dinheiro.

"O depósito em dinheiro é uma operação disfarçada e mesmo assim podemos pegar", esclareceu Mercadante, informando que estão sendo analisadas, principalmente, operações acima de três mil dólares. Mas Mercadante alertou: "Antes de 1991 vai ser fácil pegar. Depois da CPI do PC houve sofisticação e acredito que após esta CPI ela aumentará", disse o deputado, identificando como sofisticação as negociações em dólar. Assim mesmo, pode-se checar enriquecimentos por sinais exteriores de riqueza.